

A. I. Nº - 917462-1/02
AUTUADO - EDSON FORMIGA GUIMARÃES
AUTUANTE - VERA MARIA PINTO DE OLIVEIRA
ORIGEM - IFMT-DAT/METRO
INTENET - 27.08.03

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0315/01-03

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. GADO BOVINO DESTINADO A ABATE TRANSITANDO SEM DOCUMENTO FISCAL. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Em princípio, mercadoria não pode circular sem a documentação fiscal correspondente. Trata-se de obrigação acessória. Quanto à obrigação tributária principal, o art. 347, § 3º, IX, “a”, do RICMS/97 dispensa o lançamento do imposto diferido, relativamente às entradas de gado bovino destinado a abate, neste Estado, porém estipula três condições para que se efetive a dispensa do tributo: o estabelecimento abatedor deve estar submetido à inspeção sanitária estadual ou federal, deve cumprir as exigências relativas à legislação específica, e as mercadorias devem circular acompanhadas da respectiva Guia de Trânsito Animal (GTA), bem como da Nota Fiscal emitida pelo estabelecimento abatedor, quando amparadas por diferimento ou suspensão da incidência. Estas condições são cumulativas. Neste caso, além da falta da Nota fiscal, o gado foi encontrado transitando com GTA na qual consta como destinatária empresa diversa daquela que, segundo a defesa, seria a real destinatária dos animais. Não são preenchidos, portanto, os requisitos para dispensa do imposto. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 26/6/02, acusa a realização de operação com gado bovino para abate sem documentação fiscal. ICMS lançado: R\$ 856,80. Multa: 100%.

O contribuinte apresentou defesa questionando, como preliminar, inobservância do devido processo legal, alegando que o Auto de Infração não deixa clara qual a acusação, não se sabendo se o transportador estaria praticando “operação sem documento fiscal” ou se “prestando serviço sem documento fiscal”, ou ainda se estaria “praticando operação ou prestação de serviço com documento fiscal inidôneo”. Argumenta que a descrição do fato neste Auto dificulta e até impede o exercício pleno do direito de defesa. Reclama que o Termo de Apreensão também não contém descrição dos motivos determinantes da apreensão e dos demais elementos esclarecedores. Protesta que também não foi esclarecido como foi apurada a base de cálculo. Conclui a preliminar requerendo que, ante o prejuízo que considera demonstrado, o procedimento seja declarado nulo.

Quanto ao mérito, o autuado considera o Auto de Infração procedente apenas em parte. Observa que o Auto de Infração foi lavrado em nome do transportador, na condição de responsável solidário. Comenta que, se os contribuintes têm dificuldade para compreensão da legislação, essa dificuldade é maior para os transportadores. Argumenta que, quando o transportador aceita prestar o serviço de transporte, verifica se lhe estão sendo entregues os documentos, sendo que foge à sua competência verificar se os documentos são verdadeiros ou falsos, idôneos ou inidôneos. A seu ver, no caso em exame o autuado não transportava mercadorias sem documentação fiscal. Poderia até a documentação estar incompleta, mas não se pode dizer que não havia documentos ou que os documentos fossem inidôneos.

Além disso, prossegue a defesa, a fiscalização não indicou qual o método utilizado para arbitrar a base de cálculo. Considera que esse equívoco invalida o lançamento, como já decidiu o CONSEF em situações como esta, haja vista a regra do art. 938, V.

A defesa observa que o condutor do gado apresentou à fiscalização a Guia de Trânsito Animal (GTA). Comenta que, anteriormente, a legislação não exigia que o gado destinado a frigorífico se fizesse acompanhar de outro documento além da GTA. O gado destinava-se ao frigorífico eleito como depositário das mercadorias apreendidas. O art. 444, § 1º, I, do RICMS-BA, então vigente, dispensava do pagamento do imposto o abate de gado para frigorífico inspecionado. Na circulação de gado e produtos do seu abate era dispensada a emissão de qualquer documento fiscal, e sua circulação se dava apenas com a GTA. Isso até a Alteração nº 22 do Regulamento, feita pelo Decreto nº 7.902, de 7/2/01, DOE de 8/2/01, efeitos de 1/1/01 a 27/12/01. Aduz que nesse caso havia suspensão da incidência ou então diferimento do imposto, exceto na hipótese de que cuida o inciso IX do § 3º do art. 347 do RICMS/97. No entanto, recentemente, o gado remetido para abate ou industrialização em estabelecimento próprio ou de terceiro por conta e ordem do remetente deve transitar com Nota Fiscal emitida pelo estabelecimento abatedor ou pelo proprietário do gado.

A defesa repisa que, antes, a legislação admitia que o transporte fosse feito apenas com a GTA. Diante das inúmeras modificações introduzidas na legislação, que inclusive muitos dos agentes fiscais desconhecem, o autuado considera justificável que o motorista autuado não pudesse identificar a regularidade da documentação que lhe foi entregue. Argumenta que o fisco não pode se valer de sua superioridade, sob o pálio do interesse público sobre o privado, ainda que o Estado precise para sobreviver de meios pecuniários, cobrando imposto onde não existe, com atropelamento dos direitos dos contribuintes, até porque, num Estado de Direito, a retirada de dinheiro do cidadão a título de tributo não comporta a diabólica regra de que “os fins justificam os meios”.

Volta a observar que, até a Alteração nº 25, o RICMS/97 dispensava a emissão de Nota Fiscal para acompanhar o gado bovino, pois bastava a Guia de Trânsito Animal (GTA). Diz que, no caso em exame, este documento contém um erro no quadro 7 (destino), pois o produtor remetente indicou como destinatário a empresa RO Comércio e Abate Ltda., sendo que, na realidade, o frigorífico inspecionado seria Unifrigo Participações Ltda., conforme a relação do gado abatido, anexa.

Requer que o Auto de Infração seja julgado procedente em parte, com a cobrança apenas de penalidade por descumprimento de obrigação acessória.

A auditora responsável pelo procedimento prestou informação, em que, após considerações preliminares, transcreve a norma do art. 347, § 3º, IX, “a”, do RICMS, segundo a qual é dispensado o lançamento do imposto diferido, relativamente às entradas de gado bovino destinado a abate, neste Estado, em estabelecimento que esteja submetido à inspeção sanitária estadual ou federal e cumpra as exigências relativas à legislação específica, desde que as mercadorias circulem acompanhadas

da respectiva GTA. Observa que, neste caso, o gado foi encontrado transitando com GTA destinada a RO Comércio e Abate Ltda., o qual se encontrava com a inscrição cadastral cancelada e ainda sem ter sido submetido à inspeção sanitária estadual ou federal. Assim, deveria a operação ser acobertada com Nota Fiscal, e o imposto deveria ser pago antecipadamente. Quanto à base de cálculo, diz que a mesma foi apurada através de pauta fiscal. Opina pela manutenção do procedimento.

O processo foi pautado para julgamento na sessão de 10/2/03. Na sessão de julgamento, a Junta decidiu que os autos deveriam ser remetidos em diligência para ser dada vista ao sujeito passivo acerca do teor da informação fiscal e da Instrução Normativa nº 132/94, que estabelece a pauta fiscal de gado para abate.

O autuado não se manifestou quanto aos aludidos elementos.

VOTO

Rejeito as preliminares de nulidade. Embora no Auto de Infração a auditora tenha feito a descrição do fato de forma vaga, essa falha foi suprida pelo Termo de Apreensão, que está claro: o imposto lançado refere-se a 21 bovinos para abate sem documentação fiscal. Por outro lado, no que concerne ao transportador, não faz sentido a alegação de que as constantes modificações da legislação justifiquem exclusão de sua responsabilidade pelo imposto em situação como esta. Quanto à base de cálculo, está explicado que o imposto foi cobrado com base na pauta fiscal, fixada através da Instrução Normativa nº 132/94, que estabelece em R\$ 240,00 o preço, por cabeça, de gado destinado a abate.

No mérito, pelo teor da defesa, vejo que a empresa tem pleno conhecimento de que, em decorrência de alterações recentes introduzidas no RICMS, é necessária a emissão de Notas Fiscais para a circulação de gado destinado a abate. Trata-se de obrigação acessória. Quanto à obrigação tributária principal, o art. 347, § 3º, IX, “a”, dispensa o lançamento do imposto diferido, relativamente às entradas de gado bovino destinado a abate, neste Estado, porém estipula três condições para que se efetive a dispensa do tributo: *a)* o estabelecimento abatedor deve estar submetido à inspeção sanitária estadual ou federal, *b)* deve cumprir as exigências relativas à legislação específica, e *c)* as mercadorias devem circular acompanhadas da respectiva GTA, bem como da Nota Fiscal emitida pelo estabelecimento abatedor, quando amparadas por diferimento ou suspensão da incidência. Estas condições são cumulativas. Ocorre que, na situação em exame, além da falta da Nota Fiscal, o gado foi encontrado transitando com GTA na qual consta como destinatária a empresa RO Comércio e Abate Ltda., sendo que a defesa alega que a real destinatária dos animais seria a empresa Unifrigo Participações Ltda. Não são preenchidos, portanto, os requisitos para dispensa do imposto.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **917462-1/02**, lavrado contra **EDSON FORMIGA GUIMARÃES**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no

valor de **R\$ 856,80**, mais a multa de 100%, prevista no art. 42, inciso IV, “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 20 de agosto de 2003.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA – PRESIDENTE

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – RELATOR

MÔNICA MARIA ROTERS – JULGADORA